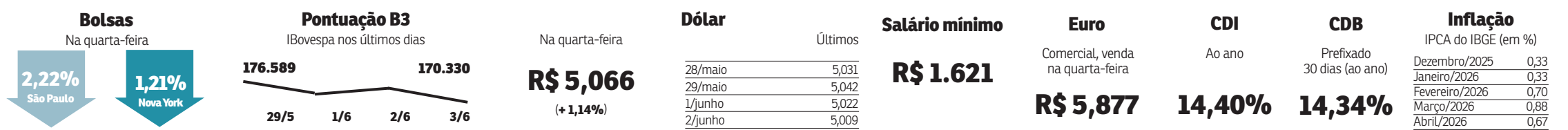




7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 5 de junho de 2026



» Entrevista | **AUGUSTO NARDES** | MINISTRO DO TCU

Ministro afirma que a falta de coordenação entre órgãos públicos prejudica a saúde, a educação, a Previdência e programas sociais. Para ele, o país precisa de um centro de governo para monitorar políticas públicas e antecipar riscos

“Sem governança, o Brasil caminha para o colapso”

» VANILSON OLIVEIRA

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2005 e ex-presidente da Corte entre 2013 e 2014, Augusto Nardes tornou-se uma das principais referências nacionais na defesa da governança pública como instrumento para aumentar a eficiência do Estado. Ao longo de sua trajetória, liderou a implantação de auditorias operacionais voltadas à prevenção de falhas administrativas e

à avaliação dos resultados das políticas públicas.

Em entrevista exclusiva ao **Correio**, Nardes faz um diagnóstico crítico da administração pública brasileira. Segundo ele, a falta de coordenação entre ministérios, órgãos e diferentes níveis de governo impede que os recursos públicos cheguem de forma eficiente à população e compromete a execução de programas considerados essenciais.

O ministro cita auditorias recentes do TCU que apontam falhas na atenção primária à saúde, dificuldades no monitoramento de beneficiários do Bolsa Família, problemas na execução de recursos públicos e gargalos históricos na gestão de serviços públicos. Para ele, a ausência de monitoramento e de integração de dados impede que o Estado identifique riscos e corrija problemas antes que eles se agravem.

Nardes também aborda o déficit da Previdência, a situação da saúde pública em Brasília, os desafios da governança financeira em casos como os do BRB e do Banco Master, além das pressões enfrentadas durante sua atuação em processos de grande repercussão nacional, como o julgamento das chamadas pedaladas fiscais da ex-presidente Dilma Rousseff, que culminou em seu impeachment, em 2016.

Auditorias recentes do TCU apontam risco de colapso financeiro na Atenção Primária à Saúde. O SUS está conseguindo sobreviver mais pela dedicação dos profissionais do que pela eficiência da gestão pública?

Há uma dificuldade imensa. Uma auditoria recente revelou que, por falta de governança, o Distrito Federal executou apenas 58% dos recursos disponíveis. Em nível nacional, os recursos não chegam à ponta. O problema é a falta de transversalidade, ou seja, a incapacidade de organizar o Estado para que o dinheiro público se transforme em ações efetivas de saúde preventiva nos municípios. Os números são alarmantes. O TCU identificou que 5 milhões de jovens não são localizados no Brasil e que 7,3 milhões de crianças beneficiárias do Bolsa Família estão sem acompanhamento de saúde. Estamos diante de um cenário sem controle, em que as metas nacionais são cumpridas no papel, mas a realidade local é marcada pelo abandono.

Quando o TCU identifica falhas tão graves na saúde e na educação, a Corte também sinaliza um caminho para a solução?

O caminho é a implantação da governança por meio de um Centro de Governo na Casa Civil. Sem uma estrutura capaz de monitorar e sincronizar as políticas públicas, o Estado se torna ineficiente. Temos cerca de 15 milhões de servidores públicos no Brasil. Gerir essa estrutura sem mecanismos adequados de monitoramento é como pais que não acompanham a educação dos filhos, o resultado é o colapso organizacional que vemos hoje.

Como funciona a dinâmica das auditorias operacionais do TCU? Elas visam apenas punir os gestores?

Pelo contrário. Introduzi o conceito das auditorias operacionais em 2012 justamente para fortalecer a prevenção. Hoje, o Tribunal avalia indicadores de governança de mais de 380 instituições. O objetivo é corrigir rumos e aprimorar a gestão antes que os recursos públicos sejam desperdiçados.

O senhor passou por diversos governos. Como avalia a evolução desse sistema de controle?

O projeto avançou de forma significativa nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, mas o governo atual ainda deu sequência coletiva à implantação do Centro de Governo, apesar das reuniões que tive com o ministro Rui

Divulgação/TCU



A falta de transversalidade entre os ministérios, sob a coordenação da Casa Civil, é um dos principais gargalos da administração pública. Além disso, o déficit e o risco de colapso da Previdência estão entre os problemas mais graves e complexos que o país enfrenta atualmente”

Costa. Sem uma cultura de governança de Estado, cada novo governo acaba desmontando o que foi implementado pelo anterior para atender a interesses eleitorais de curto prazo, o que dificulta a construção de uma estratégia nacional de longo prazo.

O ministro citou o “jeitinho brasileiro”. Esse ainda é um dos principais obstáculos à eficiência das políticas públicas?

Sim, o improviso continua imperando. Embora quase todos os ministérios contem hoje com gestão de riscos e mecanismos de controle interno, ainda falta coordenação central. Precisamos de uma estrutura de Estado com servidores estáveis, como ocorre na Alemanha, no Japão e nos Estados Unidos. O modelo que implementamos no TCU segue esses exemplos internacionais. Tanto que, atualmente, somos auditores das Nações Unidas.

O Estado brasileiro falha em antecipar crises por falta de vontade política ou por deficiência técnica?

É uma falha na avaliação de risco, que é uma ferramenta técnica. No governo anterior, chegamos a ceder técnicos para coordenar o contato com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e implantar transparência e integridade como barreiras contra a fraude e a corrupção. O governo atual não deu sequência plena a esse processo, mas o TCU continua monitorando os indicadores.

Sobre a saúde em Brasília, como explicar uma fila de exames que pode levar 30 anos para ser zerada?

Isso é o reflexo de uma saúde desmantelada ao longo do tempo. Há casos de pacientes que aguardam até cinco anos por uma consulta com especialista. Em muitos

casos, o cidadão morre antes de ser atendido. A governança é a única forma de trazer eficiência a esse sistema, pois hoje o maior gargalo nacional é a incapacidade de monitorar e conhecer quem realmente precisa do tratamento na atenção primária.

Documentos técnicos do TCU sobre a Previdência e o Bolsa Família revelam uma estrutura de monitoramento quase inexistente nos ministérios. Como avalia isso?

É inacreditável. O Ministério da Educação tem apenas dois servidores e o da Saúde apenas uma servidora para acompanhar as condicionalidades de um programa que atende 20,8 milhões de famílias. Por causa dessa fragilidade, o cancelamento de benefícios por descumprimento de regras de saúde pode levar até 30 meses. Se não há integração de dados e busca ativa, o programa falha em sua missão de romper o ciclo da pobreza.

Sobre compliance financeiro, os casos envolvendo o BRB e o Banco Master demonstram falha nos sinais de alerta?

Houve uma perda de controle e uma avaliação de risco financeiro temerária. O Banco de Brasília comprou um cadastro de clientes sob investigação. Além disso, estou auditando o Banco Central na área de crédito agrícola, onde também detectamos falhas. Apresentarei esse relatório em 60 dias para buscar caminhos que evitem esses erros sistêmicos no setor financeiro.

Qual é o maior gargalo da estrutura federal?

A falta de transversalidade entre os ministérios, sob a coordenação da Casa Civil, é um dos principais gargalos da administração pública. Além disso, o déficit e o risco de colapso da Previdência estão entre os problemas mais graves e complexos que o país enfrenta atualmente.

O TCU ocupa hoje um espaço político ou permanece estritamente técnico?

Nossa base é técnica e independente, mas as decisões impactam a política porque expõem as escolhas dos governantes. Por isso, o TCU passou a oferecer suporte gratuito a prefeituras — já treinamos mais de 450 municípios — para que o gestor tome decisões amparadas tecnicamente e evite punições futuras.

Como a governança pode resolver o problema das obras paradas no Brasil?

Reduzimos de 14 mil para cerca de 9 mil obras paradas focando no planejamento e no projeto básico. Criamos também a Secretaria de Consensualidade para agilizar decisões e evitar que o tempo de paralisação destrua o valor do investimento público.

O senhor sofreu pressões ao relatar casos sensíveis, como as pedaladas fiscais?

Sofri muito. Naquela época, 40 auditores trabalharam comigo para mostrar que o caminho escolhido levaria à perda de 8% do Produto Interno Bruto. Tentei alertar a presidente Dilma pessoalmente três vezes, mas nem sempre o dirigente consegue perceber o equívoco no calor do cargo. O TCU aprendeu com isso e, hoje, foca muito mais em evitar a fraude de forma antecipada do que apenas punir o prejuízo já consolidado.

Já sofreu ameaças, intimidações ou algum tipo de pressão política mais grave durante sua atuação no TCU?

Em muitos momentos, sim, mas a independência e a excelência do corpo técnico do TCU me deram a segurança necessária para agir. Hoje somos respeitados mundialmente, presidimos o Sistema Mundial de Controle e temos 70 auditores trabalhando nas Nações Unidas. Se não criarmos uma cultura de governança que passe confiança, o Brasil não avança.

Pretende antecipar sua aposentadoria? Quais são os planos para o futuro?

Provavelmente, sairei entre o fim deste ano e o próximo. Mas continuarei trabalhando pela causa da governança fora do Tribunal. Escrevi o livro *Governança é Esperança* porque, sem organização estratégica, o Estado continuará sendo ineficiente e irresponsável. Quero ver um país que pense no longo prazo, e não apenas em projetos eleitorais que acabam sendo abandonados após as eleições.